

MONTEIRO, John Manuel, *Negros da terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

O livro do historiador John Monteiro, *Negros da terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*, leva a cabo a tarefa ambiciosa de *dialogar com três problemas centrais da história do Brasil: o papel do índio na história social e econômica da Colônia; o pujante mito do bandeirante e a importância das economias não exportadoras para a formação do país* (p. 9).

*Negros da Terra* está organizado em sete capítulos, nos quais o autor examina com argúcia a ascensão e o declínio da escravidão indígena durante os séculos XVI, XVII e XVIII. O resgate do rosto indígena oferece dados para uma releitura, seja da saga dos bandeirantes paulistas, seja da dinâmica interna da sociedade e do sistema produtivo gestado no planalto paulista.

O capítulo primeiro intitulado *A transformação de São Paulo Indígena. Século XVI* (pp. 17-66) tem como objetivo *avaliar a história das relações luso-indígenas no Brasil meridional do século XVI* (p. 18).

A *dinâmica interna* das sociedades indígenas constituída por alguns elementos como *o processo de fragmentação e reconstituição dos grupos locais, os papéis de liderança desempenhada pelos chefes e xamãs e finalmente, a importância fundamental do complexo guerreiro na afirmação da identidade histórica destes grupos* (p. 19) explica não só a resistência e adaptação indígena como a dominação portuguesa.

Colonos e jesuítas só integraram as sociedades indígenas à esfera colonial depois de destruí-las. A tentativa sempre fracassada de criar uma abundante mão-de-obra indígena levou os colonos a buscarem índios em lugares cada vez mais distantes. Assim, criou-se *um sistema de trabalho que divergia qualitativa e quantitativa e institucionalmente das experiências do primeiro século* (p. 56).

A complexa relação entre apresamento e economia local no século XVII é examinada no capítulo segundo *O sertanismo e a criação de uma força de trabalho* (pp. 57- 98). O A. relembra que *os paulistas não exerceram o papel de intermediários no comércio de cativos, sendo antes tanto fornecedores como consumidores da mão-de-obra que este sistema produzia* (p. 98).

Na primeira metade do século XVII, os apresamentos ofereceram mão-de-obra suficiente, o que não aconteceu na segunda, obrigando as expedições a se modificarem quantitativa e qualitativamente seu raio de ação para suprirem a necessidade da economia em expansão. No entanto, diante das dificuldades de aprisionamento dos Guarani, dos custos elevados e das distâncias, o ciclo do chamado bandeirantismo terminou, no final do século melancolicamente. Mas, sem dúvida o sertanismo contribuiu na formação de uma sociedade escravista.

No terceiro capítulo, *O celeiro do Brasil* (pp. 99-128), o A. ao explicar a interdependência entre a escravidão indígena e a produção colonial possibilita um olhar renovado sobre a história seiscentista de São Paulo. *O acesso ampliado a terras e à mão-de-obra indígena constituiu, ao longo do século XVII, fator de peso no desenvolvimento econômico da região do planalto* (p. 113).

A presença massiva do cativo indígena possibilitou à agricultura comercial do planalto articular-se com a economia do litoral. O trigo produzido em São Paulo destinava-se aos mercados externos do litoral brasileiro. O fluxo irregular do comércio intracolonial e a crise no fornecimento de mão de obra indígena são alguns fatores responsáveis pelo fato do planalto deixar de ser o *celeiro do Brasil*.

O capítulo quarto, *Administração Particular* (pp. 129-185), mostra como os paulistas apesar das dificuldades — resistências indígena, oposição jesuítica e ambigüidade da Coroa — acabaram criando *uma forma muito particular de escravidão*, desestabilizada, após 1640, devido em parte, a diversidade étnica das camadas subalternas.

Os colonos ao insistirem na escravidão ilegal tiveram nos jesuítas ferrenhos opositores. A Carta Régia de 1696 encerrou as controvérsias entre colonos, jesuítas e Coroa reconhecendo os direitos dos colonos à administração particular dos índios.

A questão central do quinto capítulo, *Senhores e Índios* (pp. 154-187), é entender o complexo processo de integração do índios na sociedade escravista. Processo revelador das mudanças básicas pelas quais passaram senhores e, principalmente, a população indígena. Entre os elementos que iluminam os processos sociais de São Paulo seiscentistas o autor enumera a religião, o compadrio, a língua, a diversidade étnica e as práticas matrimoniais.

O índio inserido, violentamente, numa nova realidade social resistiu com a *adaptação resistente*, fugas constantes e revoltas. Muitos senhores perceberam a necessidade de criar mecanismos que abrandassem as relações entre opressores e oprimidos.

O capítulo sexto intitulado, *As origens da pobreza* (pp. 188-208) tem como objetivo *examinar a estrutura interna dos bairros rurais que circundavam a vila de São Paulo no século XVII* (p. 188).

O acesso à terra e à mão-de-obra estavam na base da expansão territorial, esta favoreceu, desde o início, os colonos ricos em detrimento dos lavradores pobres. Fato confirmado pela análise do *Livro dos Donativos* (1679 -1682), dos inventários e dos testamentos. *Em suma, a expansão no século XVI, ao introduzir uma perspectiva de riqueza comercial, estabeleceu ao mesmo tempo, a medida da pobreza rural* (p. 208).

O último capítulo *Os anos finais da escravidão indígena* (pp. 209-216) volta-se para a análise da crise nas relações luso-indígenas no início do século XVIII. Crise acentuada pelo êxodo considerável de mão-de-obra para as minas e pela intensificação da integração do ex-escravo na sociedade livre, composta de uma pequena elite de lavradores pobres e agregados livres, os precursores da *sociedade caipira*.

Os caminhos da autonomia e liberdade eram os mais diversos: a alforria condicional (frequente), a alforria incondicional (rara), meios ilegais e meios legais aproveitando das brechas que a justiça colonial proporcionava.

*A classe senhorial mostrou-se bastante arraigada em seus privilégios, procurando manter a todo o custo, seus escravos índios* (p. 218). A solução africana, no início do século XVIII, paradoxalmente, desnuda as profundas mudanças ocorridas no planalto.

John Monteiro, pesquisador do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), no livro *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*, enfrenta um tabu: mostrar que o índio tem história

O texto claro e didático favorece não só a leitura e a recepção como, gradualmente, leva o leitor a superar análises muito estreitas da sociedade e da economia colonial e a desconstruir uma imagem do índio, ainda, presente no imaginário brasileiro.

Uma homenagem significativa, que se poderia prestar aos indígenas, por ocasião dos 500 anos, seria ouvir a sua palavra e a sua história.

E. J. C. Britto